

SOBRE REVISTAS, PERIÓDICOS E QUALIS TAIS.

Para Antonio Dimas

Maria Lucia de Barros Camargo
Universidade Federal de Santa Catarina - CNPq

1980. Uma foto em preto e branco (ou cinza e amarelo claro?), feita de contornos imprecisos, de claro-escuro, ocupa cerca de dois terços da capa do primeiro número de uma nova revista. No centro da foto, um pequeno barco à vela, quase um esboço. Esmacido, seu contorno apenas se deixa entrever sobre o brilho das águas que refletem a luz tênue e fosca de um sol em meio à névoa. Solitária travessia. Como uma sorte de moldura, à esquerda da foto, duas linhas verticais e paralelas atravessam toda a capa, formando uma coluna em que se inscrevem letras grandes, uma sobre a outra: *TRAVESSIA*. Completando a moldura, no alto da foto, um subtítulo, provavelmente o que se deixa primeiro ler nesta capa: *Revista de Literatura Brasileira*. No rodapé, a legenda impossível para a foto que o encima: "Contribuição das vanguardas"; "As propostas do grupo Sul"; "O ensino da literatura"; "Estudos críticos"; "Resenhas"; "Poesias". Apesar do estranhamento suscitado pela foto no centro da capa, subtítulo e rodapé, lidos em conjunto, poderiam produzir, no leitor afeito às coisas do mundo literário, a expectativa de estar diante de uma típica "revista literária". Para estes leitores, além do explicativo subtítulo, a palavra *Travessia* ainda poderia evocar tanto um longínquo tópico da literatura, o da viagem, quanto, mais proximamente, a grande travessia na literatura brasileira do século XX, aquela empreendida por Riobaldo, seja na memória, seja na reescrita da vida, seja no deserto do Sussuarão – grande sertão, veredas.¹

2000. O chamativo vermelho vivo atrai o olhar para a capa, sem fotos e sem figuras, de uma nova revista. Naquela superfície vibrante destacam-se, não sem um certo acanhamento, as letras brancas, bem no centro, palavra sobre palavra, formando um pequeno retângulo à moda de poema: "*revista de/ literatura/ brasileira/ Teresa*". O nome – *Teresa* – é subtraído ao poema homônimo de Manuel Bandeira, inscrito parcialmente na capa e com ela quase se confundindo no mesmo vermelho, com exceção, é claro, da última palavra do primeiro verso, a mesma *Teresa* do título em branco. Apenas o brilho e o leve relevo das letras, das palavras dos versos do poema - filigrana sem fio, marca d'água sem transparência - traçam o esboço que mal os distingue, produzindo, no entanto, um belo efeito estetizante.² A prescindibilidade do nome do poeta, omitido nos créditos, remete à idéia de um campo fechado de conhecedores da literatura brasileira, de amantes da nossa poesia modernista, potenciais leitores de uma revista literária, que poderão reconhecer esta *Teresa* e outras *Terezas* e *Theresas*.

Guardadas as devidas diferenças de tempo, requinte gráfico, possibilidades técnicas de produção e impressão e visível disponibilidade orçamentária, ambos os periódicos definem-se como *Revista de Literatura Brasileira*. O termo "revista de literatura", ou "revista literária", evoca aquele tipo de publicação periódica independente das instituições, de tiragem reduzida, de alcance restrito por vocação, que recusa grandes públicos, não dispõe de circuitos

¹ E por falar em Minas, nas Gerais, o leitor de 1980 certamente se lembraria daquela talvez menos nobre "Travessia", então referência certa nos cânones da música popular brasileira "de qualidade" (para usar o qualificativo de José Miguel Wisnick), popularizada, desde o festival de 1967, na voz de seu autor, Milton Nascimento, e, depois, na de sua principal intérprete, Elis Regina.

² Evidentemente, toda esta capa, tal como um poema, poderia ser analisada detidamente: as palavras ou os fragmentos de versos que se destacam pela posição (por exemplo, "estúpidas", "novo", "velho"), o que fica na capa e o que está por trás, na contra-capas ("A primeira", "achei", "achei", "quando", "achei", "os olhos"), os efeitos da fragmentação, etc. Deixo tudo isso, no entanto, para outra oportunidade.

³ Agradeço a Renata Telles, que me chamou a atenção para essa possibilidade de um certo mascaramento, na capa das revistas, de sua verdadeira condição institucional, universitária, já que esta poderia afastar leitores, especialmente para a venda em grandes livrarias, como é o caso de *Teresa*, que tem distribuição nacional apesar da tiragem de apenas 1.000 exemplares, o que, afinal das contas, nem é tão pouco se considerarmos as precárias tiragens brasileiras.

⁴ Estas marcas ainda pesam quando precisamos definir, por exemplo, o que é e como deve ser uma revista “científica” de literatura, ou um “periódico”, como agora se diz. Voltarei a esse ponto mais adiante.

⁵ Servem como exemplo, além de *Travessia* e *Teresa*, a *Revista Brasileira de Literatura Comparada* (da Associação Brasileira de Literatura Comparada – ABRALIC), a *Revista da ANPOLL* (da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística – ANPOLL), e várias outras publicações do mesmo tipo, incluindo-se as que não evitam demonstrar, na capa, seus vínculos acadêmicos, de que é bom exemplo a *Gragoatá – Revista do Programa de Pós-graduação em Letras* (UFF).

⁶ O que chamamos de “tradicional”, neste caso, remonta apenas ao século XIX, data anterior, como sabemos, à criação de universidades no Brasil: “La organización universitaria del saber sobre la literatura le otorgó históricamente un nuevo estatuto de existencia cultural a la literatura misma, al consagrar por medio de disciplinas escolares la disolución [...] de la anterior unidad de las ‘Bellas Letras’ [...]. La organización universitaria del estudio y la enseñanza de la literatura, tal como se los practica hasta nuestros días, no se remonta más allá del siglo XIX.” Altamirano, Carlos; Sarlo, Beatriz. *Literatura / Sociedad*. Buenos Aires: Hachette, 1983, p. 90.

comerciais de distribuição e venda, nem deseja um mercado de consumo amplo. São geralmente idealizadas e produzidas por grupos de intelectuais - poetas, críticos, artistas, escritores, em suma - que nelas encontram o veículo de suas idéias, de seus princípios estéticos e políticos, de suas obras, ou seja, da produção crítica e criativa desse mesmo grupo.

Podemos imaginar a surpresa de nosso hipotético e desavisado leitor quando, ao virar a capa das nossas “Revistas de Literatura Brasileira”, encontra outro tipo de informação, outro subtítulo: em *Travessia*, no verso da capa e encimando os créditos do periódico lemos - “Revista do Curso de Pós-Graduação de Literatura Brasileira – UFSC”, seguido de local e data: “Florianópolis – 2º semestre de 1980 – N.º. 1”; em *Teresa*, no rodapé do verso da página de rosto, lemos: “*Teresa* é uma publicação do programa de pós-graduação da área de Literatura Brasileira do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo” (grifos meus).

A duplicidade da definição, ou a indefinição, não é exclusividade das duas revistas tomadas aqui como mote para estas reflexões: o subtítulo ostentado na capa, mais genérico, evoca as “revistas literárias” e delas se aproxima; seu outro, quase escondido nas dobras da capa, mais específico, especialista, desfaz a primeira leitura: o segundo e discreto subtítulo - talvez mais adequado, posto que menos charmoso - subtrai *Travessia / Teresa* do campo das “revistas literárias” como veículos de formações independentes para inseri-las no campo institucional das revistas universitárias, “científicas”. Mas se a possibilidade de equívoco ou de quebra de expectativa do leitor pode ser fruto de um cálculo editorial, de uma estratégia “de mercado” para atrair o amante de literatura e não apenas o “especialista”³, a duplicidade de designação pode ser lida também como um sintoma dos lugares cambiantes ocupados pelos dois periódicos que tratam de literatura e, especialmente, das mudanças institucionais da própria literatura. Tais oscilações parecem conter a própria historicidade deste gênero de publicação, forma fragmentária e moderna, cujas origens se confundem com o lugar e com as formas do literário na modernidade, especialmente com a consolidação da crítica como forma de saber. Podemos ler aí, nestas significações oscilantes, nessas ambigüidades, traços de uma história que, embora recente, porta as marcas de uma tradição.⁴

A história deste gênero derivado do jornal se confunde com a própria história da imprensa periódica e determina, de algum modo, os múltiplos sentidos da palavra “revista”. Observando alguns de seus usos contemporâneos, e ficando, por enquanto, no campo da literatura, vemos que “revista” denomina, direta ou indiretamente, um conjunto grande e diversificado de periódicos, podendo designar, igualmente: a) periódicos institucionais, ligados a universidades ou a associações científicas⁵; de algum modo, estas revistas trazem também, em seus subtítulos, marcas das áreas disciplinares constituídas pela forma de organização dos estudos literários na universidade, destacando-se o estudo da literatura nacional, uma das mais tradicionais formas de organização desse saber⁶; b) periódicos independentes e de tiragens reduzidas, em que a palavra revista, geralmente no subtítulo, tem o poder e a função de anunciar ao leitor que se trata de uma publicação periódica que não é o jornal, a que se acrescentam seus campos de atuação, distintos, nestes casos, das áreas disciplinares constituídas: poesia, cultura, literatura e arte, ou seja, variações sobre o mesmo tema; neste conjunto também encontramos os periódicos em que a palavra “revis-

ta”, mesmo ausente em títulos e subtítulos, designa tais publicações através da menção nos editoriais de lançamento⁷; e c) periódicos de ampla circulação, como é o caso de *Cult – Revista Brasileira de Cultura*.

É interessante notar como a palavra funciona, inclusive, ao ser repelida, ou melhor, pela recusa ao termo inevitável - revista -, como se vê no editorial de lançamento de *quaisquer*:

quaisquer é um periódico mas não é uma revista, porque antes de mais nada é um espaço de criação e, como se vê, não se presta a rever o acontecido, ainda que se espere seja lido, visto, relido e revisto muitas vezes. Em **quaisquer** convivem autores, sempre convidados, com larga e reconhecida obra ao lado de jovens que já têm produção digna de nota. Trata-se de um espaço, de veiculação da criação, muito aberto, em que, no entanto, não cabe tudo e qualquer um, porque tem compromisso assumido com a qualidade.⁸

Ao afirmar negando, ou negar reafirmando, o editor de *quaisquer* procura diferenciar o novo periódico do que seria um conceito de revista, inscrito na composição e etimologia da palavra. Mas, na verdade, parece que a diferença que deseja marcar estaria na ausência, em *quaisquer*, de ensaios críticos, de resenhas, de estudos, enfim, daquele tipo de texto que costuma freqüentar as revistas de literatura e que podemos encontrar em quaisquer dos periódicos elencados, independentemente de sua inserção. Ao destacar a “criação”, *quaisquer* parece recusar o segundo termo do binômio que constitui o campo literário (ou das artes, de um modo geral): criação e reflexão, ou seja, literatura e crítica.

Como se vê, não é necessariamente o tipo de texto que distingue, por exemplo, *Teresa* (periódico acadêmico, universitário), *Inimigo Rumor* (periódico dirigido por poetas e publicado por uma editora) e *Babel* (periódico publicado por um grupo de poetas e intelectuais), ou mesmo *Cult*, mas a presença, em todas, de criação e crítica: ensaios, resenhas, poemas, contos, autores tanto contemporâneos quanto canônicos, colaboradores reconhecidos e desconhecidos. Quais seriam os critérios para, efetivamente, distinguir um tipo de revista de outro? Mas para pensarmos um pouco sobre tais elementos, é preciso, antes, perguntar: afinal, o que é uma “revista”?

Quando buscamos a palavra em seu estado de dicionário, vemos que o verbete aparece duas vezes. Num deles, encontramos as acepções derivadas de “re + vista”, ou seja, o ato de examinar, de ver outra vez, de ver detidamente, de inspecionar (que inclui o uso militar do termo, “passar tropas em revista”), definição que se aplica, em sentido amplo, ao exercício da crítica, matéria das revistas; no segundo verbete, e o que em princípio nos interessa mais diretamente, vemos que “revista” é a

publicação periódica, destinada a grande público ou a público específico, que reúne, em geral, matérias jornalísticas, esportivas, econômicas, informações culturais, conselhos de beleza, moda, decoração etc. [Algumas revistas destinam-se a um público especializado, assumindo, portanto, um determinado formato: jornalístico, científico, literário, esportivo etc.] ETIM trad. do ing. *review* ‘publicação periódica dedicada principalmente a críticas e ensaios’.⁹

⁷ O primeiro grupo pode ser exemplificado com *Babel – Revista de Poesia, Tradução e Crítica*; *Sibila – Revista de Poesia e Cultura*; *Inimigo Rumor – Revista de Poesia*; *Coyote – Revista de Literatura e Arte*; e a portuguesa *Relâmpago – Revista de Poesia*; para o segundo grupo, cito *Sebastião – novos olhos sobre a poesia brasileira*; *Cacto – Poesia & Crítica*; *Rodapé – Crítica de Literatura Brasileira Contemporânea*. Todas essas revistas são publicações em circulação no momento em que escrevo.

⁸ Rocha, Valdir de Oliveira. “*quaisquer* por quê?” em *quaisquer* n.1. São Paulo, outono 2000, p. 1. A afirmação de um “compromisso com a qualidade” é uma espécie de lugar-comum, um topus para os editoriais de lançamento de revistas (seja qual for o sentido de “qualidade”), assim como a afirmação de “abertura, porém não para todos”.

⁹ Houaiss, Antonio e Villar, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 2454. As mesmas (in)definições se repetem em outros dicionários.

¹⁰ Martins, Ana Luíza. *Revistas em revista – Imprensa e práticas culturais em tempos da República – São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: EDUSP : FAPESP : Imprensa Oficial do Estado, 2001, p. 45. Nas várias outras menções que farei deste estudo, fonte principal das informações históricas que utilizei, citarei apenas as páginas, entre parênteses, no corpo do texto.

¹¹ Ana Luíza Martins lembra que o termo *hebdomadário* – ou seja, a publicação com periodicidade semanal – foi utilizado pela primeira vez por Voltaire, em 1758; embora a marca principal deste tipo de periódico seja o preciso intervalo de 7 dias que separa uma edição de outra, isto é, seu período, a palavra “*hebdomadário*” designaria também uma publicação “de cunho informativo técnico e político” (p. 43). O termo *anais* também se define, desde sua origem latina, a partir do tempo, significando o registro ou a narração dos acontecimentos de cada ano; relativamente às publicações, o termo é usado na acepção de “publicação regular ou periódico de caráter científico, literário ou artístico”, segundo o *Houaiss*; já o termo *boletim* está associado, inicialmente, ao diminutivo, isto é, aos informes breves, mas, no campo das publicações e segundo o mesmo *Houaiss*, trata-se de “publicação periódica destinada à divulgação de atos oficiais e governamentais, ou de entidades de classe, instituições privadas etc.” (p. 481), o que mostra como esses termos podem ser muitas vezes intercambiados e utilizados, de fato, como sinônimos para “*revista*”.

¹² Ocioso lembrar que o inglês, o novo latim, vem se tornando a língua “oficial” das publicações científicas contemporâneas.

Neste verbete, o dicionário registra a abrangência da palavra e a grande diversidade de tipos de publicação periódica que o termo pode designar, incluindo dos mais especializados aos mais genéricos. Ou seja, as dificuldades para definir com precisão o tipo de periódico que se designa com o termo “*revista*” não se resolvem através dos dicionários. E sequer o manuseio das distintas publicações que levam o nome “*revista*” é suficiente para identificá-las entre si, nem para distingui-las, seja de um jornal, seja de um livro.

Estudando as revistas de São Paulo no início do século XX, a historiadora Ana Luíza Martins defronta-se com essas mesmas dificuldades e abre as tentativas de definição citando também um dicionário:

O dicionário *Le Robert* informa que, derivada da palavra inglesa *review*, data de 1705 o primeiro uso do termo *revista*, hoje mais divulgado no sentido de publicação, definindo-o como: “publicação periódica mais ou menos especializada, geralmente mensal, que contém ensaios, contos, artigos científicos etc., apresentando como sinônimos seus correlatos *magazines*, *hebdomadários*, *anais* e *boletins*”.¹⁰

Tomados como sinônimos, os vários correlatos – *magazines*, *hebdomadários*, *anais* e *boletins* – ampliam a imprecisão e a variedade do termo.¹¹ Destes, é o primeiro que parece apontar, ao menos parcialmente, para a distinção entre os dois grandes tipos de revista, ambos com muitas variantes, que se vão delineando e se opondo ao longo da própria história deste tipo de publicação: as revistas de variedades, para grandes públicos, e as revistas especializadas, para pequenos e seletos públicos.

Esta grande divisão dicotômica (reduzida, é certo, porém útil nesta etapa da discussão) entre os periódicos de leitura amena, de caráter lúdico, e aqueles altamente especializados, dedicados às últimas descobertas científicas, está na história das primeiras publicações periódicas. Ana Luíza Martins registra, por exemplo, que o francês *Journal des Savants* (1665-1795) é considerado o pioneiro dentre o periodismo literário, enquanto na Alemanha o periodismo se inaugura com o que podemos chamar de precursor das revistas científicas, a *Acta Studiorum* (1682-1731), que, publicada em latim, veiculava exclusivamente assuntos científicos – matemática, botânica e física – e era dirigida a um determinado e restrito público leitor. De um certo modo, já nos primeiros periódicos de que se tem notícia, a literatura (e a incipiente crítica), parte da vida social letrada, é veiculada em vernáculo para os “muitos” que sabem ler, enquanto as ciências “duras”, que dizem respeito à pequena comunidade que domina seu código, utilizam veículos auto-discriminados, inclusive pelo uso da língua.¹² A partir de Chartier e Martin, Ana Luíza Martins registra que, no século XIX,

Não obstante o sucesso do gênero, as revistas conheceram alguma discriminação por parte de especialistas, que alegavam polarização de seus conteúdos. Por um lado, recriminavam o caráter rigorosamente científico de algumas, dirigidas a leitores especializados; por outro, o conteúdo absolutamente frívolo das demais, como os *magazines* semanais de Londres, que selecionavam de pronto o receptor, longe de interessar o leitor mais sério. (p. 40).

Frívolos ou não, é importante lembrar, com Habermas, que a primeira forma de articulação institucional da crítica, e que tem parte considerável na consolidação do conceito moderno de literatura, se dá nos periódicos do século XVIII: “Las gacetas de crítica artística y cultural como instrumentos de la crítica de arte

institucionalizada son creaciones típicas del siglo XVIII.”¹³ É o desenvolvimento da imprensa que irá consolidar, no século seguinte, a figura do crítico como um profissional e a atividade crítica como categoria cultural moderna, já desvinculada da unidade das “belas letras”.

Se a crítica literária e das artes se institui primeiro através do periodismo para depois se tornar um saber universitário, o saber científico estava ligado às agremiações e às academias científicas, que sustentavam (e freqüentemente ainda sustentam) as revistas especializadas, meio de comunicação entre seus membros, entre pares. É interessante observar que, até hoje, uma revista de grande prestígio, a britânica *Nature*, preserva ainda alguns traços dos antigos protocolos de comunicação, de anúncio das recentes descobertas científicas dentro daqueles círculos: a carta aos confrades, ou aos pares da Royal Society, hoje as “Letters to Nature”. Por isso mesmo, até alguns anos atrás, uma comunicação dessa ordem, relatando avanços e resultados de pesquisas ao grupo que poderia não apenas entendê-las, mas especialmente avaliá-las e legitimá-las, era introduzido pelo “Dear Sir”¹⁴, marca, ao mesmo tempo, da subjetividade própria à correspondência e da tradição dos informes científicos tão plenos de objetividade.

No capítulo dedicado às revistas científicas e institucionais paulistas, Ana Luíza Martins registra a importância dessas revistas como elemento “aglutinador e decisivo para a subsequente criação de entidades” (p. 327), isto é, associações científicas e institutos de pesquisa, que freqüentemente dependiam de anúncios de laboratórios farmacêuticos para manterem seus periódicos. Exemplo interessante, citado pela pesquisadora, é o caso da *Revista da Sociedade Científica de São Paulo*, criada em 1905, e que funcionava como elemento legitimador da própria *Sociedade*, um dos raros espaços para conferências científicas na provinciana São Paulo dos inícios do século XX. Destinada à publicação dos trabalhos inéditos de seus sócios, o primeiro número continha 60 páginas redigidas em francês (passando depois a contar com 16 páginas em folheto bilíngüe): “trazia características muito próprias, sem ilustração, com artigos transcritos de publicações estrangeiras, ou desenvolvendo pequenas teses científicas” (pp. 336-337). É digna de nota, dentre as conferências proferidas na *Sociedade*, a “miscelânea de títulos de que escapavam ao tratamento científico, mas que se valiam daquela associação [a Sociedade Científica de São Paulo] para legitimar o rigor e a seriedade das pesquisas, a despeito de inscritas na chave da área de humanas” (p. 337). Ou seja, tal como preconizava o Positivismo, era preciso eleger a “ciência” como o único saber válido, em detrimento das “humanidades”, consideradas de cunho bacharelesco. E o mais curioso é que as “humanidades”, para se legitimarem, buscassem (como ainda buscam) se confundir com as “ciências”, para não serem confundidas (como o são) com as “amenidades”, cujo lugar estaria nos populares magazines.

A palavra “magazine” serviria para designar, segundo nossa historiadora, “a revista ilustrada por excelência, representativa de uma demanda de caráter ligeiro e de teor fortemente publicitário”¹⁵ (p. 43), definição que evoca a origem etimológica da palavra: derivada do árabe *mahazin*, nosso “galicismo” se aplica aos bazares, aos armazéns, aos grandes estabelecimentos comerciais que expõem e vendem de tudo um pouco. Fiel a sua origem, o magazine/revista também é um depósito de informações diversas, lugar de veiculação de tudo um pouco, dirigido a um público amplo e, evidentemente, regido pela lógica comercial, isto é, a do mercado. Como um sinônimo para magazine, a expressão “revista ilustrada”, este gênero

¹³ Habermas, citado por Beatriz Sarlo e Carlos Altamirano, op. cit. p. 93.

¹⁴ Agradeço esta informação a Paulo Emílio Lovato.

¹⁵ O *Dicionário Houaiss* registra, no verbete “magazine”, as seguintes acepções: “1. estabelecimento comercial que expõe e vende grande variedade de mercadorias organizadas de acordo com o gênero delas; 2. B. publicação periódica, em formato de revista, ger. ilustrada, que trata de assuntos diversos; [...] GRAM.VOC. considerado gal. pelos puristas, que sugeriram em seu lugar: loja, revista. ETIM [...] de mesma origem [árabe *mahazin*], através do inglês *magazine* (1731) acp. ‘depósito de informações’, ou seja, ‘publicação periódica que contém informações variadas sobre um assunto ou que veicula informações sobre assuntos variados.’ (p. 1810).

¹⁶ Uma hipótese, a ser desenvolvida em outro lugar e hora, é a de que *Bravo* pode ser lida como sucedânea “fin-de-siècle” daquela outra revista de cultura mundana, *Kosmos*, tão bem estudada por Antonio Dimas em *Tempos eufóricos: análise da Revista Kosmos: 1904-1909*. São Paulo: Ática, 1983.

¹⁷ Cf. Ana Luíza Martins, pp. 54-55.

¹⁸ Estudando os suplementos literários dos anos 50 (século XX), Alzira Alves de Abreu registra que “A origem de alguns suplementos literários se encontra nas páginas ou suplementos femininos, onde se misturavam receitas culinárias, moda, assuntos infantis e poesia, como é o caso do *Jornal do Brasil*, do *Diário de Notícias* e do *Diário Carioca*, entre outros. Os suplementos estavam voltados para a vida familiar; a mulher era, ainda nesta década, a grande consumidora da produção literária, de poesias, crônicas, romances. Muitos escritores tinham basicamente no público feminino os seus leitores, como Érico Veríssimo”. “Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa”, em *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Alzira Alves de Abreu (org.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 21.

¹⁹ Eça de Queirós, *A Revista* (artigo de apresentação da “*Revista Moderna*”), em *Notas Contemporâneas. Obras de Eça de Queiroz, vol II*. Porto: Lello & Irmão, 1958, p. 1568.

²⁰ Apud Altamirano e Sarlo, op. cit., p. 94.

periódico tão difundido no século XIX, ainda hoje serve para designar estas revistas de grande circulação, de variedades, geralmente de caráter ameno, e tributárias da grande evolução tecnológica das artes gráficas e das possibilidades de impressão, que também marcaram, definitivamente, além do tipo de texto ali veiculado, as inovações estéticas na própria linguagem literária. A título de exemplo, podemos pensar em diversas revistas ilustradas ou magazines contemporâneos, como a hebdomadária *Veja*, as mensais *Cult* e *Bravo*¹⁶, e muitas outras de distintos níveis e temáticas.

Dentre as revistas ilustradas do século XIX que tão fortemente usavam e faziam avançar as técnicas de ilustração gráfica, vale a pena lembrar a *Revista Moderna, Magazine Quinzenal Ilustrado*, destinada aos públicos português e brasileiro e, como soía acontecer, impressa em Paris. Nela foi publicado o romance *A ilustre casa de Ramires*, de Eça de Queirós, devidamente fatiado em folhetins, e para um mesmo número, por exemplo o número 9, anunciava-se tanto o “retrato artístico do grande escritor brasileiro Machado de Assis” como o suplemento de modas, com 4 páginas de gravuras reproduzindo os últimos modelos parisienses.¹⁷ Este híbrido convívio, num mesmo periódico, entre a literatura de grandes autores e a moda destinada a atrair o público feminino perdurará ao longo do século XX, e produzirá, também, acaloradas discussões sobre o lugar da literatura, entre a “torre de marfim” e as páginas dos jornais e das revistas ilustradas.¹⁸ E não podemos esquecer que, ainda e especialmente no século XIX, o adjetivo “ilustrada” alude não apenas às imagens gráficas, signo de modernização e de “progresso” tecnológico, mas também à função moderna de “ilustrar” o público leitor, à missão civilizadora. É o mesmo Eça de Queirós quem, ao apresentar a *Revista Moderna*, em 1897, enfatiza:

Mas o melhor serviço desta *Revista* será quando nos guie através da obra incessante da civilização – ou antes vigie à beira da imensa torrente da civilização, e rapidamente detenha e colha as obras melhores, antes que todas tumultuariamente passem e mergulhem no escuro mar que as devora. Pensemos que a França escreve cada ano dez mil livros! e a Inglaterra catorze mil! e a Alemanha dezasseis mil! E quantos quadros se pintam! E quantas estátuas se modelam! E quantas conclusões da ciência! E quantas invenções da fantasia! Toda essa produção rola com brilho vacilante: e como poderiam, aqueles que não vivem parados a observar a estranha corrente, saber do bom livro, ou da fina obra de arte, ou da descoberta do saber, ou da gentil elegância, se a *Revista*, com rápida segurança, não escolhesse e apanhasse, dentre a vaga fugitiva, a obra que merece ficar, enquanto outras se embrulham e somem na névoa que tudo apaga? [...] Nem me retardo mesmo em a louvar pela graça e luxo com que ela se veste e se adorna, para passear, conduzindo o seu público, através da civilização...¹⁹

Fazendo o elogio da imagem e da cultura transmitida em resumos, Eça destaca o papel de “guia” que as revistas culturais exerceriam através das escolhas do “melhor”, para com isso ilustrar os espíritos e os corpos elegantes – função pedagógica, crítica e legisladora, essencialmente moderna, que presidirá durante muito tempo o funcionamento do campo das publicações periódicas “culturais”, formadoras de “opinião”. A *Revista* se transforma, assim, no próprio “juiz artístico”, o crítico profissional que, para Habermas, “assume uma tarefa peculiarmente dialéctica: se considera a la vez como un mandatario del público y como su pedagogo.”²⁰ Sobre a

atividade deste crítico (um especialista diante do público leigo, cuja autoridade emana de sua “opinião cultivada”, e um mandatário deste mesmo público diante dos artistas) que atua nas publicações periódicas – jornais e revistas ilustradas –, Sarlo e Altamirano lembram que, embora profissionalizada, esta atividade crítica ainda não constitui uma “disciplina”. Nem veículo próprio. A crítica como um saber institucionalizado e gozando de outra ordem de prestígio, somente ocorrerá com o que denominam “ciclo da crítica universitária”, que disporá de sua própria rede de veiculação.

É no mínimo curioso lembrar que a própria história do periodismo no Brasil começa com uma publicação cujo subtítulo é uma tradução de “magazin”: *Armazem Literario* é o aposto ao título do famoso marco inaugural da imprensa brasileira, freqüentemente considerado como nosso primeiro “jornal”.²¹ Mas nada aqui é ponto pacífico:

Numa discussão sem fim, há quem atribua o pioneirismo [como revista] ao *Correio Braziliense*, que o exilado gaúcho Hipólito José da Costa editou em Londres de 1802 a 1822. Com o subtítulo “Armazem Literario”, cerca de cem páginas e conteúdo mais opinativo e analítico do que noticioso ou informativo, o *Correio Braziliense*, marco inaugural da imprensa brasileira, bem poderia, para os padrões da época, ser chamado de revista [...], mas é mais comumente tratado como jornal.²²

Se, por um lado, a história de nossa imprensa tem considerado como “jornal” um periódico cujo subtítulo é uma tradução do francês *magazin*, ou seja, “revista”, acrescido de um “literário” em sentido amplo de tudo que se escreve, *lettera*, letra, por outro o que essa mesma história considera uma revista cultural em sentido forte, a *Revista Brasileira*, trazia ao ser lançada, em meados do século XIX, o subtítulo “Jornal de Sciencias, Letras e Artes” – o que, evidentemente, não faz deste magazine uma “revista científica”, um *journal of chemistry*, por exemplo. Como se vê, nesta história, sequer a distinção entre “revista” e “jornal” é inequívoca: seriam o papel jornal, o tamanho, a disposição das matérias em colunas e o formato *in folio* suficientes para caracterizar um periódico como jornal, distinguindo-o das revistas?²³ Ou, por outro ângulo, seria o tipo de matéria veiculada, ou melhor, os gêneros textuais adotados – ensaios, crítica, resenhas, poesia e ficção, enfim, matéria opinativa, analítica e criativa – suficientes para caracterizar um periódico como revista? A base da distinção entre ambos os gêneros periódicos deveria vir dos sentidos implicados nas próprias palavras que os designam, isto é, o jornal seria o periódico que apresenta, relata, noticia o mais imediato e efêmero, o dia-a-dia, enquanto a revista seria o periódico que passa em revista, examina, analisa, opina sobre os temas de que trata? Ou, em outras palavras: o jornal pressupõe um curto intervalo de tempo entre uma edição e outra, um dia, enquanto a revista requer intervalos mais longos, necessários à tarefa analítica?

Os casos empíricos mostram que a resposta é negativa. Neste terreno movediço, Ana Luíza Martins menciona ainda outro critério, mesmo que não exclusivo nem suficiente, para distinguir as revistas dos jornais: “o que os distingue com freqüência é a existência da capa na revista, acabamento que não ocorre no jornal; mais do que isso, é a formulação de seu programa de revista, divulgado no artigo de fundo, que esclarece o propósito e as características da publicação” (p. 46). Pelo critério da capa, mesmo com relação a periódicos mais recentes, mantêm-se as imprecisões: como

²¹ Embora duvide da brasilidade deste periódico, Néelson Werneck Sodré não hesita em atribuir-lhe a designação “jornal”. Cf. *História da imprensa no Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977, pp. 24 e ss. Já Paulo Duarte enfatiza a indefinição: “Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça [...] fundou em Londres, em junho de 1808, aquele primeiro jornal, ou melhor, aquela primeira revista mensal [...]”. Apud Ana Luíza Martins (p. 47).

²² *A revista no Brasil*. São Paulo: Editora Abril, 2000, p. 18.

²³ Assim como “hebdomadário”, a palavra “jornal” está marcada pelo tempo: apesar das divergências quanto aos seus caminhos etimológicos, o certo é que o provençal “jorn” = “dia” está na base desta tradução do latim tardio “diurnale”. Em sentido estrito, o jornal é a publicação diária, com notícias dos fatos do dia relativos a quaisquer assuntos. O *Dicionário Houaiss* registra, todavia, a extensão do termo para “qualquer periódico” (p. 1687).

²⁴ Ana Cristina Cesar, em *Correspondência incompleta*, Ana C.; org. Armando Freitas Filho e Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999, p. 154. Grifos meus.

²⁵ Não entro aqui no mérito das matérias veiculadas, o que poderia aproximar ainda mais este suplemento de uma revista, e, até, de uma revista “universitária”, especialmente na área da cultura, das humanidades. Não por acaso, boa parte dos ensaios ali publicados tornaram-se capítulos de prestigiados livros.

²⁶ Depoimento de Antonio Candido a Marilene Weinhardt. Cf. Weinhardt, Marilene. *O Suplemento Literário D'O Estado de S. Paulo: 1956 - 1967*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1987, vol. II, pp. 449-450.

²⁷ Trata-se da revista que, nos anos 40, marca a institucionalização de um tipo de crítica que já podemos chamar “universitária”. A esse respeito, e mais especialmente sobre a atuação do “grupo *Clima*”, ver o estudo de Heloísa Pontes, *Destinos mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²⁸ Op. cit., p. 94.

classificar, por exemplo, o auto-denominado “jornal” *Versus*, que entre 1975 e 1978 publicou, com periodicidade predominantemente bimensal, poemas, contos, ensaios, resenhas, entrevistas e reportagens, sempre envoltas em chamativas capas? Ou ainda *Beijo*, dissidência da editoria de cultura do também encapado hebdomadário *Opinião*, a que Ana Cristina Cesar, uma de suas criadoras, se refere quase ao mesmo tempo como “a revista” e “o jornal”: “Chegou o Montenegro e a revista se animou. Não adianta, é isso mesmo. Ficou resolvido que vamos parar com definições teóricas e manifestos e grupos para discussão e apresentação da linha do jornal”.²⁴ Poderíamos incluir *Versus* e *Beijo* no gênero revistas e, no limite, até os suplementos de jornais, como o *Mais!*, da *Folha de S. Paulo*, que em seu formato mais recente abandonou as folhas soltas e adotou o tamanho tablóide.²⁵ Por outro lado, um suplemento que marcou época, o *Suplemento Literário D'O Estado de S. Paulo*, sem capa e com o mesmo formato do jornal em que se encartava, foi planejado para funcionar como uma revista, segundo seu idealizador, Antonio Candido:

Um dos pressupostos é que não havia revistas literárias naquele momento no Brasil. Regulares, boas. Então o Suplemento deveria preencher um pouco a função de uma revista. [...] Já haviam existido muitas delas. Havia algumas que duravam e passavam. No momento não havia nenhuma revista satisfatória, duradoura. Então eu achava que o suplemento deveria preencher em parte as funções de uma revista literária. Mas não podia ser uma revista literária, isto é, não podia ter artigos maiores de cinco, seis laudas, porque era um jornal, de artigos curtos. Mas com um tom, uma estrutura que revelasse as preocupações de uma revista literária. Por exemplo, as seções. Seções de Literatura Estrangeira, seções de Teatro, de Cinema, como uma revista faz.²⁶

Esta caracterização do suplemento remete, de um lado, ao padrão e ao conceito de revista literária adotado por *Clima*²⁷, e, de outro, à tradicional prática da crítica literária no jornal, ou melhor, à dimensão dos textos que ocupavam os rodapés literários; de um certo modo, Candido parece ter operado, com sucesso, a síntese entre a crítica “jornalística” e a crítica “especializada”, tema de tantas polêmicas na constituição da crítica brasileira em meados do século XX. Opera-se aqui, em chave “elevada” e num mesmo veículo, a coexistência, mencionada por Beatriz Sarlo e Carlos Altamirano, dos dois “ciclos” da crítica, isto é, a crítica profissional, ligada aos grandes periódicos, aos meios de comunicação de massa, e a crítica como um saber específico, ligada à universidade:

Los usos del término crítica anudaron, por decirlo así, en una misma categoría, los dos ciclos y los diferentes tipos de discursos que circulan a través de sus respectivas redes, que no han podido coexistir sin afectarse mutuamente. Lo que contribuye a explicar, entre otras cosas, las dos “almas” que forcejean en la definición de la crítica como actividad intelectual: la crítica como ejercicio del gusto y la sensibilidad, y la crítica como producto de un saber objetivo. Entre estos dos paradigmas, que tienen como ideal dos modelos de discurso, el discurso “artístico” sobre la literatura y el discurso “científico”, se producen combinaciones y variantes.²⁸

A coexistência dos dois modos de crítica pressupõe, evidentemente, a autonomização do campo literário e intelectual, de um lado, e a institucionalização universitária do saber literário, de outro. Neste último caso, se inclui também a rede de publicações, como os livros e as revistas “acadêmicas” (universitárias ou não). E o surgimento destas revistas faz com que a distinção entre revistas e livros seja arbitrária quanto a distinção entre jornais e revistas. E aqui deixamos o campo dos magazines e dos jornais, sem que, necessariamente, entremos no território das “revistas científicas”.

Freqüentemente muito semelhantes, salvo pela promessa de periodicidade, as revistas culturais “acadêmicas”, ou de cunho predominantemente universitário, tendem a se parecer com os livros, talvez por fazerem parte do mesmo circuito. Mas, segundo Sarlo e Altamirano, a diferença entre estes dois tipos de publicação não é meramente técnica:

Toda revista incluye cierta clase de escritos (declaraciones, manifiestos, etc.) en torno a cuyas ideas busca crear vínculos y solidariedades estables, definiendo en el interior del campo intelectual un “nosotros” y un “ellos” [...]. Ético o estético, teórico o político, el círculo que una revista traza para señalar el lugar que ocupa o aspira a ocupar marca también la toma de distancia [...] respecto de otras posiciones incluídas en el territorio literario. [...] Otro rasgo, que puede tomar a veces la forma de libro pero parece inherente a la forma revista, es que ésta habitualmente traduce una estrategia de grupo.²⁹

É ilustrativo observar as duas fases da *Revista Civilização Brasileira*: a primeira, publicada entre 1965 e 1968, define-se como *Revista* a partir do título (e do editorial-manifesto do número 1), uma vez que o formato, os textos e o tamanho (alguns números têm mais 300 páginas) lhe dão toda aparência de livro; já a segunda, *Encontros com a Civilização Brasileira*, publicada entre 1978 e 1981, resta indefinida. É a voz retrospectiva de seu editor, Ênio Silveira, que, despida de falsas modéstias (e descontando-se um certo exagero no auto-elogio), define-a como revista:

Marco refulgente [...] foi a edição da *Revista Civilização Brasileira*, que teve curso de maio de 1965 a dezembro de 1968, sendo interrompida com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (que equivaleu à cristalização da ditadura), e ressurgiu, teimosamente, sob o nome *Encontros com a Civilização Brasileira*, de julho de 1978 a julho de 1980 (sic). Considerada nos meios culturais e universitários do Brasil e do mundo inteiro como um padrão de dignidade da *intelligentsia* brasileira diante das forças do obscurantismo, essa publicação, em suas duas fases, constitui um dos maiores galardões de minha carreira e marcará para todo o sempre a presença da editora na história cultural do país.³⁰

Embora este discurso do editor, feito dez anos após o encerramento da publicação, estabeleça a relação metonímica ou de contigüidade entre os dois periódicos, a *Encontros com a Civilização Brasileira* fora definida pelo mesmo Ênio Silveira, no editorial do nº 1, como “uma coleção de livros [...] [que] amplia a linha de conduta intelectual que, de 1964 a 1968, cercou de tanto apreço a *Revista Civilização Brasileira*.”³¹ Comparando as duas séries, é difícil dizer o que faria da segunda uma coleção de livros e não uma revista, e vice-versa.³² Neste sentido, a diferença entre uma “antologia de ensaios” em livro e a *Encontros* estaria, efetivamente, na

²⁹ Op. cit., p. 97.

³⁰ Trata-se do discurso de posse de Ênio Silveira como membro titular do Pen Club do Brasil, pronunciado em 20 de agosto de 1991. cf. Moacyr Félix (org.). *Ênio Silveira: arquiteto de liberdades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, pp. 77-78. a *Encontros* foi publicada, de fato, até 1981 e não até 1980.

³¹ *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 1. Rio de Janeiro, 1978, pp. 7-8. Grifo meu.

³² A respeito destas distinções, Ana Luíza Martins cita a definição de revista dada por Clara Rocha, bem como a distinção que esta pesquisadora traça entre revistas e livros. Embora apenas técnicas e até superficiais, reproduzo-as aqui: “uma revista é uma publicação que, como o nome sugere, passa em revista diversos assuntos, o que [...] permite um tipo de leitura fragmentada, não contínua, e por vezes seletiva. [...] é um tipo de publicação que, depois de *re-vista*, se abandona, amarelece esquecida, ou se deita fóra. Enquanto objeto material, a revista distingue-se do livro por ser mais efêmera: só os bibliófilos, os estudiosos e certos interessados pelas letras e pelas artes guardam a revista. Essa efemeridade [...] tem a ver com a sua solidez material. Enquanto o livro dura [porque é mais resistente, tem uma capa sólida a protegê-lo], a revista é [pode ser] mais frágil em termos de duração material. [...] é normal que o livro tenha reedições, e já não o é tanto que apareça uma segunda edição de uma revista. Ainda outra característica: uma revista é em geral menos volumosa do que um livro. E, *last but not least*, uma revista é quase sempre a manifestação de uma criação de grupo: ao contrário do livro que, salvo algumas exceções, costuma ser produzido por um só autor. [...] [sic]”. Clara Rocha, *Revistas Literárias do Século XX em Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, pp. 33 e 25, apud Ana Luíza Martins (pp. 45-46).

³³ Não cabe aqui desenvolver esta análise, mas apenas registrar que a *Revista* foi lançada, em 1965, como reação, ou instrumento de resistência ao golpe militar de 64, articulando o discurso do grupo de intelectuais que se organizava em torno do editor Ênio Silveira e tinha o Partido Comunista como referência comum. Este lugar de resistência estava fortemente marcado e propiciado pelo contexto político do momento em que a *Revista* foi lançada – momento irrepetível, obviamente, à época do lançamento da *Encontros*, que já não tem como manter a mesma estratégia. Estes e outros aspectos podem demonstrar como ambas, a *Revista* e a *Encontros* fazem jus aos respectivos nomes.

³⁴ Lionel Trilling, escrevendo em comemoração aos 10 anos da *Partisan Review*, uma militante revista literária, refere-se a ela e similares como “little magazine”. A tradução argentina opta, mais adequadamente por “revista literária”, enquanto a tradução brasileira fica com o literal “pequena revista”. Ver: Trilling, Lionel. La función de la revista literaria. *La imaginación liberal*. Trad. Enrique Pezzoni. Buenos Aires: Sudamericana, 1956; e, do mesmo autor, A função da pequena revista. *Literatura e sociedade: ensaios sobre a significação da arte e da idéia literária*. Trad. Rubem Rocha Filho. Rio de Janeiro: Lidoar, 1965, pp. 113-123. O título original do livro, publicado em 1950, é *The liberal imagination*. O artigo sobre a *Partisan Review* já fora publicado em 1946. Nele, de um modo geral, Trilling defende as “pequenas revistas”, isto é, as revistas literárias, como a reserva de qualidade, ou da boa literatura, contra o gosto médio, contra a satisfação das massas ou a manipulação propagandística em prol de qualquer ideologia. Opõe a literatura ao populismo e vê nessas revistas literárias o necessário reservatório de qualidade e de resistência contra o conformismo.

³⁵ Carlos Altamirano e Beatriz Sarlo, *Literatura / Sociedad*. Buenos Aires: Hachette, 1983, p. 96.

³⁶ Raymond Williams, *Cultura*, Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 62.

³⁷ Andrade Muricy elenca 29 revistas simbolistas, a mais antiga de 1890. Cf. MURICY, José Candido de Andrade. *Panorama do movimento simbolista brasileiro*. 2ª. ed. Brasília: Conselho Federal de Cultura e Instituto Nacional do Livro, 1973, pp. 1208-1212.

marca temporal, em sua periodicidade, sua fatal efemeridade.³³ Tem razão Ana Luíza Martins quando constata que apenas o exame caso a caso, através do “artigo de fundo” ou do editorial de lançamento, pode auxiliar no entendimento do sentido que a palavra adquire ao ser estampada numa capa. Isso para não dizer que uma revista é o que seu editor chama de revista. Ou seja, a cada revista, uma revista.

Em sua indecidibilidade, a palavra “revista” tem valores duplos, contraditórios, e se aplica a contextos distintos. A dicotomia que vínhamos registrando entre as “revistas ilustradas”, os magazines do século XIX, e as “revistas científicas”, não levava em conta o outro contexto, o do surgimento daquelas “revistas literárias”, as “pequenas revistas”³⁴, nem o daquelas acadêmicas, com “cara de livro”, como é o caso da *Revista Civilização Brasileira*. Beatriz Sarlo e Carlos Altamirano lembram que

[...] hay que distinguir entre la publicación periódica ‘cultiva’, dirigida al conjunto de las capas ilustradas de la *middle class* y que tuvo su reinado sobre todo en el siglo XIX, de lo que hemos denominado revista literaria o intelectual, que es típica de nuestro siglo [XX]. Esta última, como señala [Lewis] Coser, ‘apareció en escena después que habia tenido lugar una diferenciación considerable entre el público de escritores literarios, artísticos y, en un cierto grado, políticos’ [...]. Solo entonces la revista se convierte en una de las principales formas de organización del territorio literario y vehículo de esas estrategias llamadas escuelas o tendencias.³⁵

Pensar as revistas literárias como formas organizadoras do campo literário e artístico significa considerá-las ao mesmo tempo como o elemento que institui e dá voz a grupos de artistas e intelectuais, que, elegendos afinidades, valem-se das revistas para constituir-se e para defender e propagar novos valores literários, estéticos e, também, políticos. Este tipo de revista, “una de las redes de la crítica”, funciona, portanto, como elemento formador e legitimador do próprio grupo que a faz, garantindo, a seus participantes, visibilidade e reconhecimento e, muito freqüentemente, antagonismos e conflitos, na proporção direta ao grau de polêmica e de novidade suscitado pela produção do grupo. Não é preciso lembrar que o reconhecimento se dá, inicialmente, no restrito público leitor que constitui o campo de legitimação que lhe é próprio, ou seja, o grupo de letrados que a pode ler e louvar. Glórias maiores são geralmente póstumas (pelo menos à própria revista), e apenas o trabalho do tempo (e da crítica) irá institucionalizar os novos princípios, autores e valores no cânone literário. Não por acaso, Raymond Williams destaca a manifestação pública de um grupo através de um periódico como uma das formas de organização das formações culturais independentes, distintas das instituições, que, “sob os nomes de ‘movimento’, ‘escola’, ‘círculo’, e assim por diante, ou sob o rótulo assumido ou recebido de um determinado ‘ismo’, são tão importantes [...] particularmente na história cultural moderna [...]”.³⁶

Elemento estruturante das “formações”, este tipo de revista pode ser encontrado no Brasil, ainda em finais do século XIX, nas revistas simbolistas que, coerentemente com a defesa da “torre de marfim”, excluem-se dos círculos mais amplos e mundanos freqüentados pelo parnasianismo.³⁷ Mas serão as revistas modernistas, já bastante estudadas, que irão consolidar entre nós este tipo de “pequena revista”, que, mesmo sem se caracterizar como “revista científica”, não deixa de ser especializada, dedicada a públicos “se-

letos” de leitores, um público feito de “pares”, que reuniria as condições necessárias para apreender a nova “qualidade literária”, para fruir os novos princípios estéticos e críticos que passam a ser divulgados por tais periódicos, geralmente de baixa longevidade (sofriam do “mal dos sete números”, como dizia ironicamente Olavo Bilac). *Klaxon, Terra Roxa e outras terras*³⁸, *A Revista, Estética, Revista da Antropofagia*, e, mais tarde, *Festa*, formaram e informaram o modernismo brasileiro e consolidaram um novo conceito de “revista literária”.³⁹

É verdade que poderíamos lembrar, como contra-argumento histórico, que já no início do século XIX a divulgação do Romantismo se fazia através dos periódicos.⁴⁰ No entanto, foi no caminho das especializações e do processo de autonomização do campo literário que as revistas literárias e culturais ganharam, paradoxalmente, seu espaço e prestígio. Ou seja, à redução e à especificação do público correspondeu um ganho de reconhecimento, um maior capital simbólico, mesmo que *a posteriori*. É preciso considerar, neste aspecto, as mudanças relativas ao lugar que a literatura ocupava na sociabilidade, já que, como diz Antonio Candido, a literatura era, por aqui, o fenômeno central da vida do espírito:

a literatura tem sido aqui, mais do que a filosofia e as ciências humanas, o fenômeno central da vida do espírito. [...] O poderoso ímã da literatura interferia com a tendência sociológica, dando origem àquele gênero misto de ensaio, construído na confluência da história com a economia, a filosofia e a arte, que é uma forma bem brasileira de investigação e descoberta do Brasil. [...] esta linha de ensaio, – em que se combinam [...] a imaginação e a observação, a ciência e a arte, – constitui o traço mais característico e original de nosso pensamento. [...] funciona como elemento de ligação entre a pesquisa puramente científica e a criação literária. [...] Ora, nos nossos dias houve uma transformação essencial desse estado de coisas. Deixando de constituir atividade sincrética, a literatura volta-se sobre si mesma [...]; ao fazê-lo, deixa de ser uma viga mestra, para alinhar-se em pé de igualdade com as outras atividades do espírito.⁴¹

Falando em meados do século XX, Candido descreve, de um certo modo, o momento em que a mentalidade universitária e acadêmica se implanta no Brasil, como resultado da criação das universidades e suas faculdades de filosofia, ciências e letras, ocorrida nos anos 30. Momento também em que a crítica se institucionaliza como área de conhecimento, primeiramente sob a forma dos estudos historiográficos das literaturas nacionais e depois sob o aporte da teoria da literatura, criada entre nós como disciplina universitária apenas na década de 60. Até então, o lugar onde se veiculava a produção dos críticos, isto é, o lugar da crítica, eram as revistas literárias e, especialmente, o rodapé dos jornais. O que justifica, mais uma vez, a referência ao projeto de criação do *Suplemento Literário d’Estado de S. Paulo*, lançado em outubro de 1956, concebido, como vimos, para preencher a “lacuna” de boas revistas literárias, mas que cumpria, ele também, um projeto formador, civilizador. No entanto, diferentemente das preocupações de Eça, a formação agora deveria advir da nova “mentalidade universitária”. Alzira Alves de Abreu constata os vínculos do grupo do “*Estadão*” com a Universidade de São Paulo:

Diferentemente do Rio de Janeiro, onde se encontravam os melhores suplementos do país, São Paulo se

³⁸ Este periódico se inclui, explicitamente, no gênero “jornal”; na página 5 do primeiro de seus 7 números, publicado em 20 de janeiro de 1926, um quadrinho em destaque no alto e à direita anunciava: “Leiam **terra roxa** o melhor **jornal literário** do Brasil. Quinzenalmente crônicas de arte, música, teatro, poesia e filosofia. Inéditos dos melhores escritores modernos. **Todo brasileiro culto** deve assinar terra roxa”. *Terra roxa e outras terras* [introdução de Cecília de Lara]. São Paulo: Martins : Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977 (reprodução fac-similar). Os sublinhados são meus.

³⁹ É curioso constatar que, a despeito da sua importância histórica, estas revistas não passariam, hoje, pelo crivo dos “*qualis*”, já que o tipo de protocolo adotado na escolha de colaborações se pautava pelo grau de afinidade com o grupo, ou de pertencimento a ele, e não por um sistema supostamente universal de “arbitragem por pares”. O conceito de pares, nestas revistas, é outro. Mas são inegáveis a sua importância e o seu grau de “impacto na área”, fortes a ponto de criar o paradigma estético e crítico do século XX e de propiciar um novo cânone literário.

⁴⁰ Ana Luíza Martins aborda o caso da *Niterói, Revista Brasiliense, Ciências, Letras e Artes*, com apenas dois números, publicados em Paris em 1836: “De proposta abrangente, pretendendo-se revista de alta cultura, vinha com o mesmo objetivo de *Ilustrar* o País. [...] balizou o surgimento do Romantismo nas letras brasileiras, gênero que presidiu o seqüente conjunto de revistas literárias, fortemente influenciadas pelos cânones românticos”. Op. cit. p. 49. Quanto às outras revistas românticas, a autora remete a Werneck Sodré.

⁴¹ Cf. Antonio Candido, *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 5ª. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976, especialmente pp. 130 e ss. O ensaio em destaque, “Literatura e cultura de 1900 a 1945 (Panorama para estrangeiros)”, traz nota informando que foi escrito em 1950.

⁴² Abreu, op. cit., p. 53.

⁴³ Substituindo-se o “literário” por “cultural”, pode-se dizer que este é, até hoje, o papel exercido pelos suplementos, como é o caso da *Folha de S. Paulo* e seu *Mais!*.

⁴⁴ Op. cit., p. 450.

⁴⁵ Altamirano e Sarlo, op. cit., p. 95. É claro que esta última formulação tem de ser relativizada no caso brasileiro, tendo em vista que, no Brasil, as universidades foram criadas muito tardiamente.

⁴⁶ É bem verdade que o triunfo do positivismo enquanto valor ideológico não retirava o atraso e o desprestígio da ciência que se fazia no Brasil. Como relata Ana Luíza Martins, no Brasil do início do século XX, “as publicações científicas careciam de respaldo e os estudiosos da área preferiram inserir seus trabalhos em publicações especializadas estrangeiras. Em monografia de língua francesa Emílio Ribas, Pereira Barreto, Silva Rodrigues e Adriano de Barros publicaram em primeira mão as suas experiências sobre a transmissão da malária pelo mosquito.” (p. 327) Um século depois, podemos constatar que, se o centro do poder mundial passou da França para os Estados Unidos e, conseqüentemente, a língua universal da ciência deixou de ser o francês para ser o inglês, o reconhecimento interno na província, ou a falta dele, não mudou muito. Cada vez mais, os critérios de avaliação dentro do campo científico dependem quase que exclusivamente dos artigos publicados em revistas estrangeiras e, claro, devidamente escritos em inglês, ou, até, de revistas brasileiras publicadas em inglês e sempre constando de determinados índices que lhes dêem as bênçãos canônicas. Também continuam vigentes para a área das humanidades os protocolos de legitimação das ciências.

caracterizava por ter o melhor centro universitário do país. O *Estadão*, em sua nova orientação, deveria refletir essa marca. A seção cultural de *O Estado de S. Paulo*, reformulada como suplemento, foi concebida, segundo palavras de Antonio Candido, “como uma espécie de cruz entre o suplemento e a revista literária, isto porque São Paulo não tinha uma boa revista literária”.⁴²

Sob tal orientação, o *Suplemento* exerceu não apenas o papel de uma “revista literária”⁴³, no sentido de exteriorizar a produção de um grupo de intelectuais, de constituir uma linhagem crítica, mas também o de uma revista de base universitária, que procurou cumprir um papel pedagógico e “civilizador”. Tal função educativa também fazia parte da própria concepção do suplemento, como relata Antonio Candido no mesmo depoimento a Marilene Weinhardt:

Outra idéia que eu lancei é que nós não deveríamos procurar fazer suplementos literários como havia alguns no Rio de Janeiro, que eram muito combativos, muito brilhantes, muito movimentados, cheios de polêmicas, porque eu dizia: até o momento o que São Paulo contribuiu realmente para a cultura brasileira foi a Universidade. [...] esse suplemento, sendo embora literário, vai refletir um pouco o tom da *intelligentsia* paulista, que é um tom de estudo, de ensaio, de reflexão.⁴⁴

Estudo, ensaio, reflexão: produtos das lides universitárias nas humanidades, isto é, da crítica institucionalizada como saber, ou paradigmas que articulam os saberes das várias áreas e disciplinas dos campos afins, esses seriam os elementos necessários à construção de uma cultura que, tendo ainda o literário como eixo “civilizador”, ampliaria depois seu foco e seu campo para o que se chamamos hoje “crítica da cultura”. Por outro lado, a “oposição Rio / São Paulo” mencionada por Candido pode ser pensada, aqui, como a distinção entre as revistas literárias, mais experimentais, de vanguarda, e aquelas revistas culturais que podemos chamar “acadêmicas”, ou seja, que veiculam o produto do estudo, da pesquisa, da reflexão, daquilo que caracteriza, de algum modo, a produção universitária (independentemente de se fazer ela na universidade ou fora dela), e que publicam, predominantemente, ensaios. Ou, na formulação de Sarlo e Altamirano, “revistas independientes de las instancias académicas, pero en cuya producción y en cuyo consumo el número de los que provienen de la universidad es sobresaliente.”⁴⁵ Tais características podem ser encontradas tanto em alguns suplementos dos grandes jornais quanto, especialmente, em revistas culturais, como, nos anos 60, a já citada *Revista Civilização Brasileira* e a *Tempo Brasileiro*, ou, nos anos 70, *Argumento*, *Escrita-Ensaio*, *Almanaque*, *José*, *Ensaio de Opinião*, ou ainda, nos anos 80, a *Novos Estudos – CEBRAP*.

Com o que constatamos até aqui e observando as publicações periódicas brasileiras nas últimas décadas do século XX, notadamente no campo da literatura e da cultura, vemos que o quadro de periódicos é bastante mais complexo que aquele do século XIX: não se limita a uma divisão dicotômica entre, de um lado, magazines e jornais para públicos diversificados e os mais amplos possíveis (atendendo à lógica de mercado), e, de outro, as revistas científicas (que tratam das ciências) para um público restrito e especializado, e cujo prestígio era garantido pelo positivismo triunfante.⁴⁶ É preciso, portanto, reformular algumas das distinções e categorizações anteriormente feitas.

Em primeiro lugar, registre-se que neste período assistimos a uma dupla consolidação: por um lado, a autonomia do literário e das artes propiciou o surgimento das pequenas e vanguardistas revistas literárias na primeira metade do século XX; por outro, a consolidação das universidades no Brasil e, especialmente, da literatura e da crítica como saberes universitários propiciou tanto o surgimento das revistas “acadêmicas” de literatura e cultura, de que foi bom exemplo a revista *Clima*, como a criação das revistas “universitárias” institucionais.

Talvez se possa dizer que o lugar da crítica não mudou de modo fundamental com o fim da “instituição do rodapé” e o advento da especialização universitária – na verdade, ao contrário das reiteradas afirmações nostálgicas que lamentam a perda deste “lugar da literatura”, pode-se dizer que houve uma ampliação, com maior grau de complexidade, da rede de publicações periódicas que, juntamente com outras formas e gêneros (teses, dissertações, monografias, etc.), sustentam e permitem o desenvolvimento da área. Assim, resumindo, vemos que o lugar da crítica e da literatura se espalha por vários tipos de periódicos, que procuro exemplificar a partir daqueles atualmente em circulação⁴⁷:

a) “magazines” literários e culturais frutos de empreendimentos comerciais, dirigidos a um público mais amplo e não especializado, porém “culto” (ou “chic”), como *Cult*, *Bravo*, *Ventura* ou a pernambucana *Continente*; são ricamente ilustrados e, embora publiquem alguns ensaios críticos, dão espaços maiores às reportagens culturais e às entrevistas; podem ser pensados como a versão contemporânea e mais “especializada” das revistas ilustradas do século XIX; podemos incluir também neste grupo algumas revistas de divulgação publicadas por institutos culturais, como a *Veredas*;

b) revistas literárias e culturais independentes, de circulação mais restrita e dirigida a um público mais específico, aos “pares” que se interessam pela literatura; apresentam como ilustração trabalhos gráficos artísticos ou reproduções de obras de arte e veiculam criação e crítica, freqüentemente com ênfase na primeira; dentre estas, podemos lembrar das “independentes” (talvez as mais próximas daquelas “revistas literárias” que constituíram formações críticas), como *Inimigo Rumor*, *Sibila*, *Babel*, *Coyote*, *Sebastião*, *Iararana*;

c) revistas literárias institucionais, dirigida a públicos “cultos”, de circulação mais ampla que as “independentes”, finamente ilustradas e impressas, como *Poesia Sempre* ou *Cadernos de Literatura Brasileira*;

d) revistas culturais “acadêmicas”, dirigidas também a um público mais específico, isto é, mais intelectualizado, “universitário”; em geral não são ilustradas e veiculam predominantemente ensaios. Podem estar vinculadas a instituições de pesquisa e, mesmo, a universidades, como é o caso da *Novos Estudos-CEBRAP*, ou da *Revista USP*, ou a grupos e/ou editoras, como *Tempo Brasileiro*, *Revista de Cultura Vozes*, *Praga*, *Crítica Marxista*, *Rodapé*, ou ainda a instituições culturais, como algumas revistas dos Gabinetes Portugueses de Leitura;

e) suplementos culturais da grande imprensa, que apresentam características muito semelhantes às das revistas acadêmicas, salvo por uma presença maior de ilustrações e de resenhas, como é o caso do *Mais!* e do *Jornal de Resenhas* (ambos da Folha de S. Paulo), ou do *Idéias*, do *Jornal do Brasil*. Neste grupo cabe ainda o longo *Suplemento Literário* do Minas Gerais;

f) revistas universitárias (“científicas”), que pouco diferem das revistas acadêmicas, salvo pela vinculação: estão ligadas a distin-

⁴⁷ Restrinjo-me aqui não apenas aos periódicos claramente literários e/ou que incluam a literatura como uma de suas áreas de atuação mas também às formas tradicionais de edição, isto é, às publicações em papel; quanto às várias revistas eletrônicas, suspeito que tendam a repetir os tipos existentes em papel; mas apenas um estudo mais acurado pode confirmar, ou não, esta hipótese.

⁴⁸ Os exemplos são inúmeros: Roberto Schwarz, Flora Süssekind, Silviano Santiago, Walnice Nogueira Galvão, João Alexandre Barbosa, Davi Arrigucci Jr., Leyla Perrone-Moisés, Raul Antelo, Haroldo de Campos e muitos outros.

⁴⁹ Ana Luíza Martins nos lembra que “Rui Barbosa, em parecer sobre a classificação do gênero periódico, opôs-se à inclusão de revistas e jornais na categoria de obras, propondo inseri-los em publicação” (p. 43).

tas instâncias universitárias, especialmente programas de pós-graduação (*Travessia, Teresa, Alea, Brasil/Brazil, Contexto, Cerrado, Gragoatá, Grifos, Literatura e Sociedade, Palavra, Remate de Males*, etc.etc.), bem como às associações científicas (*Revista da ANPOLL, Revista Brasileira de Literatura Comparada*).

Esta proposta de tipologia dos periódicos em que circulam a literatura e a crítica, baseada em seus vínculos de sustentação e que não pressupõe nenhuma hierarquia valorativa entre os diversos grupos, poderia sugerir, a princípio, grandes diferenças entre os tipos de textos neles publicados. Mas não é o que efetivamente ocorre: quando olhamos os textos críticos, os ensaios, vemos que as características são as mesmas em todos os tipos de publicação – variam os suportes teóricos, variam os valores adotados, varia o “gosto” estético e varia, certamente, o grupo de leitores. Mas não o tipo de texto. E, muitas vezes, nem mesmo variam os autores. Quantas vezes já não lemos um mesmo autor nas páginas de uma revista acadêmica, de um suplemento, de uma revista universitária, de um magazine cultural e de uma revista literária, publicando o mesmo tipo de ensaio, produto do mesmo estudo, das mesmas pesquisas e reflexões? Quantas vezes reencontramos esta mesma produção, supostamente esparsa, recolhida num livro de ensaios? Quantas vezes já não lemos nas páginas do suplemento de um grande jornal o mesmo *paper* “inédito” que o *scholar* de prestígio apresentou num congresso científico? Certamente não poucas vezes, podemos responder, e sem nenhum demérito a seus autores, sejam eles escritores e jornalistas culturais especializados, sejam eles conhecidos pesquisadores e professores universitários.⁴⁸

Tais constatações evidenciam os equívocos cometidos quando assumimos, para a avaliação qualitativa da produção discursiva sobre a literatura, enquanto área de saber disciplinarmente constituída, critérios baseados em uma tipologia dos periódicos, uma vez que não é exatamente o tipo de publicação que determina a natureza mesma desta produção. E quando pensamos que um mesmo ensaio pode estar em publicações aparentemente muito distintas, ficam evidentes as dificuldades de reduzirmos uma complexa e diversificada gama de publicações periódicas a um modelo binário, dicotômico e hierarquizado como o encontrado no “currículo Lattes”, de preenchimento obrigatório para qualquer pesquisador brasileiro, seja ele um jovem bolsista de iniciação científica, ou um renomado “pesquisador I-A do CNPq”.

Se a palavra “revista” é, como vimos, abrangente a ponto de cobrir um amplo e diversificado elenco de publicações periódicas, a escolha do termo “periódico”, utilizado no “Lattes” e adotado também pela CAPES para designar um certo tipo “nobre” de revista, a “científica”, em oposição a um tipo “menor” denominado “revistas (magazines) e jornais”, amplia as imprecisões e impropriedades, já que “periódico” é, por definição, muito mais abrangente que “revista”.⁴⁹ Afinal, esta palavra – periódico – é relativa a período, isto é, ao tempo que transcorre entre duas datas, e refere-se àquilo que reaparece a intervalos regulares, àquilo que é cíclico. Obviamente, ao ser aplicada a publicações, inclui todas aquelas edições que tenham como característica o reaparecimento dentro de uma regularidade no tempo, valendo tanto para um jornal quanto para qualquer tipo de revista, das mais populares e comerciais às mais restritivas, superespecializadas, científicas.

Talvez se possa pensar que este modelo adotado para o registro geral da produção universitária, que também vem determinando os procedimentos para sua avaliação, para a montagem do seu *qualis*, faça jus ao nome: podemos ler no ato da denominação,

além da homenagem a nosso grande físico César Lattes, e *pour cause*, a vigência dos protocolos de comunicação e avaliação das “ciências duras”, adotados mais uma vez como critério de validação das “humanidades” em geral e dos estudos literários em particular. Curiosamente, em inícios do século XXI, voltamos às dicotomias e preconceitos do século XIX. Curiosamente, nunca fomos tão positivistas.

Como sabemos, os critérios de validação das publicações periódicas vigentes nas áreas das ciências físicas e biológicas, assumidos como modelo “universal”, baseiam-se em dois pontos mutuamente complementares: processo de seleção das matérias publicáveis através de um corpo de avaliadores constituído por “pares” detentores de notório saber na área, e o registro da publicação em certos indexadores, especialmente aqueles que medem as citações, isto é, o grau de impacto de artigos, autores, revistas. Assim, os artigos a serem publicados são previamente submetidos ao corpo de arbitragem, que, a seu arbítrio, arbitram. As revistas funcionam, portanto, mais como instância de avaliação das matérias do que como veículo da produção de um determinado grupo.

É preciso lembrar ainda que um “artigo científico” não vale em si mesmo, em sua linguagem, mas pelo seu referente, por aquele outro que lhe dá sentido – a função referencial que aí atua e lhe dá credibilidade: deve relatar a descoberta, a experiência feita e os resultados obtidos, de modo a permitir, inclusive, o teste de sua reprodutibilidade. E por tudo isso um simples artigo de três páginas pode ter vários autores, pois não é o trabalho da escritura que importa, mas os resultados do outro trabalho que ali se relata. Nada mais distante da tradição crítica e ensaística dos estudos literários e seus periódicos, cujo prestígio decorre, primordialmente, do reconhecimento de seus colaboradores.⁵⁰ Trata-se de uma especificidade do saber literário, que usa o ensaio enquanto forma, e que não pode ser comparada com as especificidades de outras áreas de conhecimento.

Parece claro que as dificuldades em classificarmos adequadamente nossos periódicos no *qualis*, ou até em preenchermos nossos Lattes, decorre, de um lado, dessa verdadeira “cama de Procusto” que precisa conter algo maior e mais complexo do que ela é, de outro, da própria tradição dos periódicos no campo da literatura. Neste modelo, as dificuldades de inserção de uma revista da área de literatura como “revista” (magazine) ou como “periódico” (científico) parecem ser da mesma ordem daquela oscilação de títulos que vimos em nossas *Travessia / Teresa*, isto é, da ordem da historicidade do próprio periodismo, em que a divisão entre “magazines e jornais” de um lado e “revistas científicas” de outro, resquício do século XIX, já foi superada com folga na rede crítica dos estudos literários. Será lastimável se não soubermos valorizar a riqueza de nossa diversidade, a despeito de nossas precariedades.

Para concluir, um último registro: a criação e a consolidação de um sistema de pós-graduação no país, a partir dos anos 60, pôs em cena um conjunto de novas revistas institucionais, vinculadas aos programas de pós-graduação, com o objetivo claro de divulgar, na comunidade acadêmica, os trabalhos – a crítica, digamos – desenvolvidos pelos integrantes desses cursos. Ou seja, revistas “científicas”, sim, mais voltadas, no entanto, a constituir um canal para, ao mesmo tempo, ampliar e para dar a conhecer a produção de seus integrantes, do que para funcionar como instância de avaliação de toda a área. Servem de exemplo os lançamentos, apesar do intervalo de 20 anos, de *Travessia* e de *Teresa*.

⁵⁰ Vale a pena lembrar a relevância (o alto “impacto”) de algumas revistas na área das humanidades, que mantinham seus próprios critérios de “arbitragem”, veiculavam a produção do grupo que fazia a revista e seus afins, como foi o caso das revistas estruturalistas francesas. A despeito da importância que tiveram, talvez não pudessem ser, hoje, classificadas como “periódicos”.

⁵¹ TRAVESSIA, n.1. Florianópolis, 2º semestre 1980, p. 3.

⁵² TERESA, n. 1. São Paulo: Ed. 34, 2000, pp. 6-7.

1980. No editorial do número de lançamento de *Travessia*, lemos:

Partindo da necessidade de dinamizar o nosso curso e buscando alternativas paralelas ao sistema acadêmico, lançamos *TRAVESSIA*. Essa revista, por ser nossa, estará aberta especificamente à literatura brasileira, e todos teremos a oportunidade de ter publicadas as produções analíticas, críticas e teóricas feitas em função dos cursos ou estudos individuais, de acordo com os interesses de cada um. [...] Nosso primeiro número procurou atingir esse objetivo. Contou para isso com a colaboração espontânea de professores e alunos do curso de Pós-graduação em Literatura Brasileira de nossa Universidade, e esperamos que esse espírito continue sendo a constante desta nossa *TRAVESSIA*.⁵¹

2000. No editorial de número de lançamento de *Teresa*, lemos:

Teresa não é um fato isolado. Este primeiro número da revista do programa de pós-graduação da área de Literatura Brasileira faz parte de um processo iniciado entre os professores e que tem como objetivo incentivar a participação de alunos e orientandos. [...] Um dos principais objetivos da revista é constituir-se num espaço de encontro, de debate, de exposição e de trocas intelectuais. [...] Procurando refletir o conjunto dos professores e alunos, com todas as suas diferenças, sem escamotear a variedade de concepções, *Theresa* não é uma voz unívoca. [...] está aberta à colaboração de estudiosos e a vozes de fora, não só no terreno da crítica [...] como no da criação. [...] Sujeita ainda a muitos obstáculos, ela só ganhará efetiva existência quando for assumida pelo conjunto dos professores e orientandos da pós-graduação.⁵²

Não deixa de ser saudável, por outro lado, que, hoje, muitas revistas universitárias ligadas a programas de pós-graduação, em face de suas necessidades como instância avaliada, estejam buscando se adequar ao modelo de “periódico” como instância de avaliação, buscando constituir grupos de consultores para efetivamente analisar os artigos propostos para publicação, e abrir o espaço para colaborações vindas de quaisquer lugares, em vez de manter-se fechada no próprio grupo, com todas as escolhas determinadas pelos editores da revista. Com certeza trará bons resultados, desde que não desapareçam os outros tipos de publicação periódica, sob pena de empobrecimento cultural. De qualquer modo, começa a mudar o perfil que animou o lançamento de *Travessia* e ainda persiste em *Teresa*. Mudará também nossa *Travessia*. Oxalá para melhor.